

Governo cria comissão para reforma sanitária

Brasília — O Brasil — país onde os indicadores de saúde apontam números cada vez mais alarmantes — como os 5 milhões de chagásicos ou as 250 mil pessoas que morrem anualmente de doenças infecciosas, parasitárias ou do aparelho digestivo — foi internado em uma unidade de terapia intensiva: uma comissão criada ontem, em Brasília, pelos ministros Roberto Santos, da Saúde, Jorge Bornhausen, da Educação, e Rafael de Almeida Magalhães, da Previdência, terá 180 dias para apresentar uma nova política de saúde. Trata-se da reforma sanitária, pela qual o governo pretende atender a 50 milhões de brasileiros.

O que está inicialmente previsto, conforme informou um dos integrantes da comissão, Sérgio Arouca, presidente da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro), é uma profunda reestruturação do sistema de saúde do país. Ele adiantou que, entre as teses em discussão, destaca-se uma proposta a ser encaminhada aos constituintes eleitos em 15 de novembro, visando a duplicar de 4% para 8% do orçamento da União os gastos com o setor. Este ano foram despendidos Cz\$ 100 bilhões, muito pouco para um país que, a cada ano, vê surgir 60 mil novos casos de sarampo, por exemplo.

Outra proposta, esta a ser remetida ao governo, baseia-se na divisão do Brasil em distritos de saúde. Além de colocar a oferta de serviços mais perto do usuário, os distritos vão facilitar a distribuição dos recursos.

— Hoje, quem tem mais força garante maior volume de verbas. A região Sudeste tem mais recursos do governo que o Nordeste. No entanto, é no Nordeste que se registra o maior índice de mortalidade infantil —, explicou Sérgio

Arouca. De acordo com esta idéia, os repasses de fundos serão feitos pelo governo aos distritos de acordo com seus indicadores de saúde. O índice de mortalidade infantil, por exemplo, será um forte ponto de referência na distribuição de verbas. Onde ele for mais elevado, maiores serão os recursos.

Os distritos começam a ser desenhados e criados depois das eleições. “Só então vamos trabalhar com pessoas que têm uma perspectiva de quatro anos à sua frente”, disse Arouca, referindo-se aos governadores eleitos em novembro. O Rio será um dos primeiros estados a ser dividido em distritos sanitários. “Mas lá a divisão será difícil”, adverte o presidente da Fiocruz. Motivo: no Rio, o fluxo é a Avenida Brasil. O carioca fica doente em Caxias, pega um ônibus e vai se tratar no Hospital Miguel Couto, no Leblon. Então ele terá que mudar de hábito. Mas, para isso, teremos que fazer uma boa oferta no seu distrito”. Na contratação de serviços privados de saúde, o governo deverá dar preferência às empresas que instalarem seus serviços nos novos distritos, sempre de acordo com suas necessidades. Também está entre as propostas da comissão a isonomia salarial para todos os funcionários distritais do país.

A comissão que traça a nova política de saúde do país é paritária e formada pela sociedade civil e governo. Dela fazem parte entidades de trabalhadores, como a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) ou a CUT (Central Única dos Trabalhadores), patronais, como a Confederação Nacional do Comércio ou Confederação Nacional da Agricultura; e representantes do governo. Até então, a política nacional de saúde foi traçada por conselho de notáveis. Acabou”, concluiu Arouca.